

**TERMO DE CREDENCIAMENTO
Nº...../2018/SMS, FIRMADO ENTRE O
MUNICÍPIO DO RIO GRANDE E A
EMPRESA, PARA
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE
CONSULTA EM
GASTROENTEROLOGIA E
CARDIOLOGIA EM CONFORMIDADE
COM O CHAMAMENTO PÚBLICO Nº
007/2018 – CREDENCIAMENTO Nº
007/2018**

O **MUNICÍPIO DO RIO GRANDE**, com sede nesta cidade, sito Largo Eng. João Fernandes Moreira, s/n, inscrito no CNPJ nº 88.566.872/0001-62, neste ato representado, conforme declaração de competência, pelo Chefe do Gabinete de Compras, Licitações e contratos – GCLC, Sr Ademir Giambastiani Casartelli, inscrito no CPF sob nº 139.673.040-00, doravante denominado **CREDENCIANTE** e de outro lado a, inscrita no CNPJ sob nº, estabelecida no Município de, na Rua Nº , neste ato representada pelo Sr., portador do CPF nº, doravante denominada **CREDENCIADA**, celebrou-se o presente Contrato de acordo com a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, regendo-se pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: É objeto do presente contrato o credenciamento de empresa para **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTA EM GASTROENTEROLOGIA E CARDIOLOGIA**, a fim de atender a demanda dos usuários do Sistema Único de Saúde- SUS do Município do Rio Grande, em conformidade com o termo de referência anexo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR A SER PAGO: O valor a ser pago pelos serviços serão os seguintes:

EXAME	VALOR UNITÁRIO
XXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXX

Parágrafo Único: O valor será reajustado, pela variação da URM, tendo como data – base para o reajuste a data da publicação do edital do chamamento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias após o procedimento, atesto da SMS e emissão de faturas relativas ao quantitativo do objeto executado

CLÁUSULA QUARTA – DA COBERTURA FINANCEIRA: As despesas decorrentes deste Contrato, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

.....
.....
.....

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO: O prazo do presente credenciamento será de 05 (cinco) anos a contar da data da publicação do edital de chamamento.

CLÁUSULA SEXTA – O credenciado ainda se obriga a:

I-prestar os serviços contratados através de seu quadro técnico-profissional, com todo zelo e diligência;

II – atender o usuário de modo universal e igualitário, mantendo sempre a qualidade na prestação dos serviços.

III - a Credenciada deverá comunicar à Contratante qualquer irregularidade de que tenha conhecimento.

IV – a Credenciada responsabilizar-se-á por todos os danos causados ao Credenciante e/ou terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução dos serviços.

V - O Credenciado deverá manter durante a vigência do contrato todas as condições de habilitação exigidas para a sua celebração;

VI - Os serviços contratados serão prestados através dos profissionais do estabelecimento credenciado no local indicado no Alvará de Funcionamento, sendo vedada o fornecimento em dependências ou setores próprios do Município;

VII - É de responsabilidade exclusiva e integral do Credenciado a utilização de pessoal técnico e habilitado para fornecimento do objeto contratado, bem como a quitação dos encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujos ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para o Município;

VIII - É vedada a participação, direta ou indiretamente na prestação dos serviços credenciados, de qualquer servidor público, na condição de estágio probatório, de efetivo, de função gratificada ou de cargo em comissão, de dirigente do Município ou de responsável pelas licitações, conforme art. 9º, III, § 3º, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, nem aquele que estiver em exercício de mandato eletivo ou com registro oficial de candidatura para cargo eletivo;

IX - Qualquer dano físico ou material ocasionado a terceiros, por ocasião do fornecimento, objeto deste instrumento, é de inteira responsabilidade do Credenciado

X- Respeitar as descrições constantes no termo de referencia anexo.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE: A CONTRATANTE obriga-se perante o CONTRATADA a:

a) Efetuar o pagamento conforme transcrito neste contrato;

b) Efetuar a fiscalização do contrato através da SMS;

CLÁUSULA OITAVA - O Credenciante reserva-se o direito de fiscalizar a o presente termo através da Secretaria de Município de Saúde– SMS, a qual nomeará serviços para a devida fiscalização.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES: À CONTRATADA, total ou parcialmente inadimplente, serão aplicadas as sanções previstas na Lei 8.666/93, nas seguintes situações, dentre outras:

- a) advertência;
- b) Multa administrativa equivalente a 10% (dez por cento) do valor do contrato;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de 02 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO: A falência provocará a rescisão de pleno direito do contrato, como também a declaração judicial de insolvência e abertura do concurso de credores.

Parágrafo Primeiro: A ausência de comprovação mensal da regularidade nos pagamentos dos encargos trabalhistas, sociais, impostos municipais e taxas, implicará em imediata suspensão do Contrato.

Parágrafo Segundo: Constituirão motivos para a rescisão do contrato o não cumprimento das cláusulas contratuais.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO: As partes contratantes elegem o FORO da Comarca do Rio Grande para dirimir quaisquer dúvidas que possam advir no cumprimento deste Contrato ou após a sua vigência.

E, por estarem de acordo com os termos do presente, após lido, vai assinado pelas partes interessadas, em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Gabinete de Compras, Licitações e Contratos, de de 2018.

.....

Credenciada

.....

Secretária de Município da Saúde

Ademir Giambastiani Casartelli

Chefe do Gabinete de Compras, Licitações e Contratos

CC.: SMF/SMS/GCLC/CREDENCIADA

FISCALIZAÇÃO DO CREDENCIAMENTO

Em virtude da complexidade da prestação do serviço e por estar previsto no art. 67 da Lei 8.666/93, que versa sobre a necessidade de acompanhamento e fiscalização de todo o contrato administrativo por representante especialmente designado para tanto. A Secretaria responsável nomeia como Fiscal do Contrato o (a) Senhor (a).

e _____ o (a) senhor
(a) _____.

ciente:

Fiscal administrativo

Fiscal do Serviço

.....
Secretária de Município da Saúde

Rio Grande, de de 2018